



Planalto usa rolo compressor e prejudica 47 milhões de trabalhadores ao barrar mínimo proposto pelo PSDB

O governo fez um “rolo compressor” em cima dos seus aliados. Líderes, ministros e governadores ameaçaram os deputados de demissão de cargos políticos, não pagamento de emendas e alijamento permanente da base governista. A afirmação foi feita pelo líder do PSDB na Câmara, deputado **Duarte Nogueira (SP)**, logo após a votação do piso salarial nesta quarta-feira (16). Segundo o tucano, ao impor a sua base aliada o reajuste do mínimo para R\$ 545, que venceu as propostas do PSDB de R\$ 600 e do DEM de R\$ 560, o governo Dilma gera uma perda do poder aquisitivo do trabalhador e interrompe uma série histórica de 16 anos de crescimento real do piso salarial.

“A presidente impôs aos deputados da sua base, com muito constrangimento, um ‘desaamento’, uma regressão, uma perda do poder aquisitivo dos 47 milhões de brasileiros que ganham o piso salarial”, reprovou o tucano, que também classificou de “profunda derrota da sociedade” a aprovação do reajuste de R\$ 545.

Duarte lembrou que a proposta inicial do Planalto era aumentar o valor para R\$ 538, que passou para R\$ 540 na Lei Orçamentária. Com este último patamar, haveria uma redução real de 0,5%. Com R\$ 545,

o percentual da expansão foi de pífios 0,37%. “Esse aumento vai ser negativo, porque a inflação já comeu esse ‘ganho’. O governo deveria saber que muitas das famílias que recebem salário mínimo direcionam esse dinheiro para gêneros de primeira necessidade: vestuário, alimento, remédio, coisas do dia-a-dia”, afirmou.

O deputado também chamou a atenção para as dificuldades vividas por quem ganha piso salarial. “O salário, às vezes, acaba antes. O Planalto poderia fazer a economia que propusemos aqui, de apenas 10% nas despesas não obrigatórias. Com isso, economizaria R\$ 11,5 bilhões, sem nenhum prejuízo aos investimentos, sem nenhum comprometimento aos programas sociais”, reforçou o tucano, ao destacar que a proposta de R\$ 600 apresentada pelo PSDB era de total responsabilidade. A emenda do partido foi baseada em estudos que comprovavam a existência de recursos para o pagamento desse valor.

Confira no blog trechos dos discursos feitos, durante a votação, pelos deputados **Paulo Abi-Ackel (MG)**, **Rogério Marinho (RN)**, **Vaz de Lima (SP)**, **César Colnago (ES)**, **Vanderlei Macris (SP)**, **Luiz Fernando Machado (SP)**, **Raimundo Gomes de Matos (CE)**, **Domingos Sávio (MG)**, **Antonio Imbassahy (BA)** e **Ricardo Tripoli (SP)**. @

0,37%
*É o percentual do “reajuste” do mínimo, se considerada a variação do IPCA no ano passado. Com a emenda tucana o acréscimo real atingiria **10,6%***

Partido continuará unido no Senado na luta pelo piso de R\$ 600, avisa Alvaro Dias

O líder do PSDB, senador **Alvaro Dias (PR)**, reafirmou em plenário nesta quarta-feira (16) a posição do partido na defesa pelo salário mínimo de R\$ 600. “O PSDB não recuou. Nós precisamos aprender definitivamente que palavra empenhada na campanha eleitoral é palavra a ser honrada. Portanto, vamos, até as últimas consequências, defender o salário mínimo de R\$ 600. Apesar da derrota na Câmara, apresentaremos emenda no Senado e votaremos unidos”, afirmou o tucano.

O senador afirmou que cortando gastos e reestimando receitas o governo encontraria os recursos necessários para elevar o salário mínimo. Entre os exemplos de corte de despesas possíveis, o senador citou: a diminuição dos “astronômicos dis-

pêndios” do Banco Central para acumular reservas em dólar; a revisão de custos de obras grandiosas como o trem-bala; a redução de custos financeiros dos subsídios dos créditos concedidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e o controle mais rigoroso das despesas da máquina pública.

Alvaro Dias lembrou ainda que a gestão do partido no governo federal manteve o poder de compra dos trabalhadores. “O PSDB tem histórico e autoridade para falar em concessão de ganhos reais para o mínimo. Afinal, foi na gestão de FHC que a política de valorização do piso salarial teve início no país. Entre 1995 e 2002, o ganho real, ou seja, acima da inflação, foi de 44%”, recordou.

@ Leia no blog a opinião dos senadores **Mário Couto (PA)** e **Lúcia Vânia (GO)** sobre o tema.

Tucanos rechaçam tentativa do governo de recriar imposto para a saúde

Deputados do PSDB condenaram nesta quarta-feira (16) a intenção do PT de criar mais um imposto para a saúde. Em entrevista à TV Senado, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou que a gestão Dilma não desistiu de criar uma nova fonte de financiamento para substituir a CPMF. Os tucanos lembraram também que o Planalto ainda opera no Congresso para barrar a regulamentação da Emenda 29, que traria mais recursos para o setor. Segundo nota técnica produzida pela Liderança do PSDB na Câmara, se estivessem em vigor as regras definidas na proposta pendente de votação na Câmara por mera vontade do Planalto, o governo federal teria cerca de R\$ 86 bilhões adicionais entre 2008 e 2011 para investir em ações do setor.

Para o deputado **Otávio Leite (RJ)**, a ideia de ressuscitar a CPMF ou instituir qualquer tributo novo não passa de um desafio do governo contra a sociedade. “A po-

pulação brasileira não aguenta mais pagar tantos impostos. A arrecadação nos últimos dez anos foi o dobro da variação inflacionária. Esse projeto precisa ser sepultado logo na origem. Não vamos aceitar esse tipo de proposta absurda”, criticou o parlamentar.

O deputado **Fernando Francischini (PR)** disse que a tentativa do Planalto de recriar o tributo é um contrassenso. “O governo coloca a reforma tributária entre as suas prioridades e agora vem com essa de querer criar um novo imposto”, avaliou. Para o deputado **William Dib (SP)**, uma nova contribuição exclusiva para a saúde não ajudaria em nada o setor, já que quando a CPMF ainda estava em vigor o governo deixava de aplicar recursos do Orçamento da União. “Ou seja, dava com uma mão e tirava com a outra, sem que houvesse incremento real nas receitas do setor”, reprovou o parlamentar, que é médico e foi secretário de Saúde por três vezes em seu estado.



R\$ 86 bilhões

adicionais o Planalto teria para investir no setor com a aprovação da Emenda 29. O projeto foi barrado pela base do governo em 2008 e continua pronto para votação no plenário da Câmara até hoje.

Corte bilionário no orçamento da Defesa prejudicará modernização dos aeroportos, alertam deputados

Os deputados **Vanderlei Macris (SP)** e **Antonio Carlos Mendes Thame (SP)** criticaram nesta quarta-feira (16) o corte de R\$ 4 bilhões no orçamento do Ministério da Defesa. Conforme alertaram os tucanos, recursos da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e da Infraero serão enxugados, prejudicando a modernização dos aeroportos. Além disso, o contingenciamento da pasta também deve adiar a ampliação do patrulhamento nas fronteiras, proposta defendida pelo PSDB durante a campanha e que poderia reduzir o tráfico de armas e drogas.

A contenção anunciada pela gestão petista representa 26,5% dos R\$ 15,1 bilhões previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para a Defesa. Para Macris, esses cortes revelam que o governo Lula não teve responsabilidade fiscal.

Além disso, desmontam o discurso eleitoreiro do PT, que na campanha prometeu ações concretas na aviação civil e na segurança pública. “Acaba a eleição e

cai a máscara. É evidente que um corte perto de 30% preocupa”, ressaltou o deputado.

Em janeiro, o governo Dilma produziu mais uma contradição em relação ao setor aéreo. Depois de criticar as privatizações do governo FHC, a presidente anunciou que pretende entregar à iniciativa privada a construção e a operação dos novos terminais dos aeroportos paulistas de Guarulhos e de Viracopos, dois dos principais do país. O objetivo oficial é desafogar terminais que serão vitais para a Copa do Mundo de 2014. Segundo a própria Infraero, o governo federal precisa investir R\$ 5,5 bilhões nos aeroportos ligados às 12 sedes da Copa.

Para Mendes Thame, o PT sofre de amnésia depois que chegou ao poder. “É mais uma demonstração de que aquilo dito ano passado na campanha não está nas prioridades do Planalto. Estamos vendo um governo que está pagando hoje o preço da ganância irresponsável de 2010”, condenou o vice-líder da Minoria.



Leia também em nosso blog:

- Marcus Pestana: ganância da gestão Lula desmoraliza discurso de austeridade do Planalto sobre o mínimo
- Existem recursos para dar um aumento do mínimo mais digno aos trabalhadores, defende ITV
- Direto do Twitter, com os deputados Vaz de Lima (SP), Vanderlei Macris (SP), Eduardo Gomes (TO), Marcus Pestana (MG) e Marco Tebaldi (SC) e os senadores Alvaro Dias (PR) e Marisa Serrano (MS)
- Direto do Plenário, com os deputados Otávio Leite (RJ) e Raimundo Gomes de Matos (CE) e o senador Aloysio Nunes Ferreira (SP)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenadores de redação/Editores: Marcos Côrtes e Thaís Antonelli ■ Subeditor: Lúcio Lambranhó ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno e Letícia Bogéa ■ Diagramadores: Marco Caetano e Xico Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower

As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 

e-mail: diariotucano@camara.gov.br Blog: <http://www.blogpsdb.com.br> Twitter: <http://www.twitter.com/diariotucano>